

A PRESENÇA INDÍGENA DOS ANACÉS NO TERRITÓRIO CEARENSE

MAX MARANHÃO PIORSKY AIRES¹²

RESUMO

Este artigo analisa os diferentes processos de territorialização e regimes de memória aos quais foram submetidos os Anacés desde o final do século XVII até meados do século XIX. O artigo levou em consideração, dentre outras fontes, as três gerações de historiadores cearenses que estiveram à frente do Instituto do Ceará e analisou os diferentes pontos de vista sobre o etnônimo, a filiação linguística e as hipóteses sobre a migração dos Anacés para o Ceará. Por último, o texto analisou a presença dos Anacés nos aldeamentos da Ibiapaba, Arronches, Paranamirim e em aldeias nos arredores de Fortaleza.

Palavras Chaves: História indígena; Etnologia indígena; Território.

ABSTRACT

This article analyzes the different processes of territorialization and memory regimes to which the Anacés were subjected from the end of the seventeenth century to the middle of the nineteenth century. linguistic affiliation and hypotheses about the migration of the Anacés to Ceará. Finally, the text analyzed the presence of the Anacés in the villages of Ibiapaba, Arronches, Paranamirim and in villages on the outskirts of Fortaleza.

Keyword: Indigenous history; Indigenous ethnology; Territory.

Introdução

Este artigo reuniu e organizou informações históricas sobre os diferentes processos de territorialização e regimes de memória aos quais foram submetidos os Anacés desde o final do século XVII até meados do século XIX. Segundo Oliveira (2004), a noção de territorialização significa “uma intervenção da esfera política que associa (...) um conjunto e grupos a limites geográficos bem determinados”. “É esse ato político - constituidor de objetos étnicos através de mecanismos arbitrários e de arbitragem no sentido de exteriores à população considerada e resultante das relações de força entre os diferentes grupos que integram o Estado”, que Oliveira sugeriu “tomar como fio condutor da investigação antropológica” (2004:23). O processo de territorialização, no entanto, não deve ser entendido como via de mão única, pois os índios o atualizam com suas reações e mobilizações políticas.

No período histórico considerado, operaram três intervenções estatais que provocaram mudanças significativas na vida dos índios: (a) a instauração dos aldeamentos jesuíticos a partir do século XVII; (b) a criação das vilas de índios no Diretório Pombalino e, por último, (c) o advento da Lei de Terras de 1850 e a incorporação do patrimônio das aldeias às comarcas municipais. Para cada processo de territorialização desse, há um “modo específico de reconhecimento de diferenças étnicas que se ergue sobre cada regime de memória” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016:13). Por regime de memória, Pacheco compreende “uma arquitetura da memória, internamente estruturada e limitada, que tornaria possível a alguém contar histórias sobre o passado.” (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016: 26). Ainda segundo o autor:

É preciso aprofundar a compreensão específica sobre a presença indígena em cada um dos contextos históricos em que essas representações foram formuladas, buscando estabelecer como aí funcionou efetivamente um regime de memória, associando ações, narrativas e personagens, e lhes integrando em formas de construção de significados. (...) A produção de documentos históricos (imagens, narrativas, dados quantitativos e coleções etnográficas) é função de instituições e relações sociais historicamente cristalizadas, empiricamente passíveis de investigação (PACHECO DE OLIVEIRA, 2016: 26).

Este artigo também levou em conta as advertências sobre a documentação histórica. Segundo Silva (2005:71-2), os trabalhos das três gerações de historiadores cearenses consideradas neste artigo estão marcados pela reprodução dos seguintes temas: “o nativo resistindo à dominação”; “o nativo em guerra contra o colonizador”; “o colonizador destruindo o nativo”; “o colonizador subordinando o nativo”. Estes trabalhos deram pouca atenção às mobilizações indígenas diante do projeto colonial (SILVA, 2005).

Barreto Filho (2013) também nos alertou para o viés político da documentação na medida

em que expressa o ponto de vista dos setores dominantes. Essa mesma documentação do período colonial e imperial, ressalta o autor, é “escassa, confusa e quase inexistente nos documentos, principalmente os oficiais, amiúde trazendo registros ambíguos e informações discordantes, quando não lacunas”. Os documentos, portanto, para Barretto Filho longe de expressarem verdades históricas sobre os índios, expressam os “regimes de visibilidade a que os povos indígenas foram submetidos ao longo do tempo.”

(...) importa notar que a historiografia e os documentos oficiais acessíveis expressam as concepções culturais, visões de mundo e projetos de futuro dos setores dominantes, via de regra comprometidos com a subordinação dos povos indígenas - quando não de seu aniquilamento - e com a expropriação dos recursos naturais de que dependiam para a sua reprodução sociocultural. É

de se esperar, portanto, que a informação etnográfica sobre os povos indígenas do Ceará ao longo de todo o período colonial e imperial seja escassa, confusa e quase inexistente nos documentos, principalmente os oficiais, amiúde trazendo registros ambíguos e informações discordantes, quando não lacunas (cf. p. 25 e nota nº 22). Assim sendo, os documentos e estudos aqui referidos, mais do que fontes peremptórias sobre a “verdade” da presença indígena no Ceará - como alguns deles têm sido puerilmente tomados -, expressam, antes, os diferentes regimes de visibilidade a que os povos indígenas foram submetidos ao longo do tempo. (BARRETO FILHO, 2013)

Menescal também nos advertiu que o trabalho de coleta da documentação histórica do século XVII e XVIII sobre os povos indígenas era realizado a partir da vontade e de recursos financeiros dos próprios intelectuais. Segundo Menescal, o Ceará era uma província isolada e sem nenhum interesse para o Brasil, “muito distante dos grandes centros da nação; suas terras não despertavam grande interesse, não havendo nenhum aspecto físico, social ou econômico que desse relevo ao lugar” (MENESCAL, s.d.:6). Por essa razão, a elite intelectual cearense, por meio de sua produção intelectual, encontrou “meios de inserir o Ceará na história do Brasil, abrindo brechas para destacar a província diante do restante do império.” (MENESCAL, s.d.:6). O historiador no século XIX “era um compilador de documentos, não fazendo parte de suas atividades o questionamento das fontes documentais ou a interpretação dos documentos, mas apenas a exposição seca, e, pretensamente, imparcial e objetiva dos documentos para conhecimento da sociedade.” (MENESCAL, 2012: 54). Como consequência, os intelectuais do Instituto do Ceará se defrontaram com imagens distorcidas dos indígenas e as tomaram como verdadeiras sem proceder a uma crítica das fontes (MENESCAL, 2012).

Anacés: etnônimo, filiação linguística e hipóteses sobre migração pro Ceará

Em 1877, Varnhagen no livro “Historia geral do Brazil, antes da sua separação e independencia de Portugal” afirmou que Anacé significa “Quasiparentes” e remeteu o vocábulo ao livro de “Tesoro de la lengua guarani”, escrito em 1639, pelo padre jesuíta Antonio Ruiz de Montoya. Muitos autores reproduziram esta definição de Montoya ao longo dos tempos. Entre 1817 e 1820, o naturalista Karl Friedrich Phillip von Martius, percorreu o Brasil e registrou no livro “Contribuições para a etnografia e linguística da América e do Brasil em particular” o etnonimo Anacé, que, segundo o autor, é de origem guarani e significa “primos de longo alcance - quase parentes”.

Nos textos e na documentação consultada, encontramos 19 variações que guardam proximidade com o etnônimo Anacé, são elas: Açanacéguaçu, Anacê, Anacé (ou Anassé, Anasé), Anaci, Anacon/Anacozes, Aracé, Assanassessassú, Ganacé, Ganacá, Gitancé, Goanacez, Guanacá, Guanacé/Guanasé, Guainacé, Guanacez, Guanasseguaçu, Guanassémirim, Wanacé e Waná

Segundo alguns autores, existe a possibilidade destes etnônimos tratarem-se de um mesmo povo, porém há pouca concordância sobre o assunto. Nogueira (1987:65) assinalou que os etnônimos Guanaceguaçus e Guanacemirins eram “da mesma parentela”. Tristão Alencar Araripe também acreditou que os Guanacás e Jaguaruanas talvez sejam “denominações particulares dos Anassés: assim como denominavam Jaguaribáras á porção dos Baiacús, que vagavam nas proximidades do rio Jaguaribe.” O autor afirmou que “nos documentos antigos” que consultou não encontrou o etnônimo citados por Aires de Casal e atribuiu a essa divergência sobre o nome dos povos indígenas “à facilidade, com que as tribus mudavam de nome, já pela mudança de lugar de habitação; já por outros factos, que lhes alteravam as denominações, já porque á mesma tribu ou horda applicava-se ora o nome geral da nação, ora o nome especial da tribo.” (ARARIPE, 1958:16). Studart Filho também assinalou que os “Açanacéguaçus, também citados por Matias Beck, eram, possivelmente, os mesmos Guanaceguaçus e os Jaguaruanas, que habitavam entre Curu e Acaraú e eram também chamados Jaguaruanas e Jaguararanas” (1965:103)

Muitos autores continuaram reproduzindo a definição do etnônimo dada por Montoya. Gustavo Sampaio, no livro “O Tupi na Geografia Nacional”, escrito em 1901, sugeriu que Anacé é um vocábulo tupi que significa “o parente chegado, o consangüíneo. Era o nome de uma antiga tribo do gentio brasileiro.” (SAMPAIO, 1987:193). Segundo Pompeu Sobrinho, o vocábulo consiste numa junção de:

Anã (parente, parente, junto, consaguineo) + cê (sufixo, exprimindo propensão, tendência, desejo; quasi) = quasi parente. Cê pode ser contracção de Acê (povo, gente). Anacé, povo ou gente parente. (POMPEU SOBRINHO, 1919:212).

Por outro lado, as origens tapuia (isto é, não falante de tupi) do etnônimo também foram assinaladas por muitos intelectuais, bem como a dificuldade de determinar a filiação linguística dos Anacés. Pompeu Sobrinho acreditou que Anacé é um vocábulo de origem tapuia. Certa vez o autor se impressionou com a toponímia tapuia do interior cearense e citou o nome atribuído pelos Anacés ao rio Cruxatí, “um riacho no norte do Estado”. Citou também inúmeros exemplos de proximidade linguística entre etnônimos indígenas de origem tapuia, afirmando que as variações em torno do nome de um povo “oferecem evidentemente um ar de parentesco linguístico digno de nota” e mencionou os casos “Anacé, Guanacé, etc.”. Quando tratou do vocábulo Guanacé pôs em dúvida também se era tupi: “Guanacé - Índios que viviam perto do local, hoje, da Capital. Guá (gente) + nã (parente) + cê (que deseja, propensão) = gente que deseja ser parente (dos tupis?)” (POMPEU SOBRINHO, 1919:220). Segundo Nogueira (1887), Guanacés significa “gente estimada” (1887:314).

Porém, num trabalho sobre as “Línguas tapuias desconhecidas no Nordeste”, Pompeu Sobrinho voltou ao assunto e admitiu que não conseguiu identificar a família linguística dos Anacés, Gitancés ou Wanacé, que tratou como um mesmo povo:

Não conseguimos, mesmo com certo grau de precariedade, identificar a família (já conhecida ou por definir) a que se poderiam filiar as tribos: Anacé, Gitanacé ou Wanacé, Akoci, Xibata, Apuiaré, Jaguaribara e Jaguaruana; e algumas outras que pervagavam pelas atuais fronteiras do Estado do Ceará, como a dos Ixú, Uriú, Umã, Pipipã, Curema, Pega, etc.” (POMPEU SOBRINHO, 1958: 8).

Outra questão levantada pelos intelectuais do Instituto do Ceará era de onde teriam vindo os Anacés e, de modo geral, as populações indígenas que estavam no Ceará. Para maioria dos autores, os Anacés vieram do Norte, especialmente do Maranhão e Piauí. Pompeu Sobrinho (1934) levantou a possibilidade dos “tapuias do Ceará” terem vindo do “Norte” e comentou essa possibilidade a partir de suas pesquisas sobre a “importante tribo Anacé”. O autor alegou que esse não era objeto do seu texto, porém citou o exemplo de uma doação de sesmaria na Ibiapapa, em 1726, para um “tapuia Anacé”, na fronteira com o Piauí.

“Aqui, importa esclarecer um ponto. Os tapuias do Ceará, de fato, vinham do

Norte?

As nossas pesquisas a respeito da importante tribo Anacé parecem prová-lo. As dimensões deste artigo não nos permitem, porém, larga explanação deste ponto; consigne-se, todavia, que consta da data de sesmaria concedida em 1726 a José da Costa e Sá que o tapuia Anacé havia anteriormente ocupado a região dos riachos “Tabocas” e “Inuçu” sobre a chapada da Ibiapaba, limites atuais do Ceará e Piauí. Ora, no Ceará a primeira referência que se tem destes indígenas data de 1649. Deve-se a Matias Beck, que os dá com o habitando ao norte. Em 1666, tem-se notícia de que eles assistiam nos caminhos que ligaram o Forte [capital do Ceará] a Jericuaquara; em 1713, aliados aos Jaguaribaras, Paiacús e outros, atacam e destroem a vila do Aquiraz e logo depois sabe-se de suas incursões no alto sertão da Paraíba.

O autor sustentou também que “parece não ser difícil achar vestígios de Anacés no Piauí e no Maranhão” (1934:293). Fez ainda uma análise linguística do povo Anacé descartando a possibilidades de serem Jê porque possuem uma “adiantada agricultura” e sugeriu filiação linguística Kariri.

Provavelmente em território do Piauí sobretudo, dominavam os tapuias Guanás, a que os cronistas chamavam Guanasés, mas cuja grafia correta deve ser Waná. Não podemos também saber se estes selvícolas eram Kariris. A sua adelantada agricultura os divorciava dos Gês; a semelhança do seu nome com o de algumas tribus cearenses, como Guanacé ou melhor Wanacé e Anacé, desperta a lembrança da possibilidade de uma filiação Karirí. (POMPEU SOBRINHO, 1934: 301-2).

Pedro Théberge já havia defendido esta hipótese antes, segundo o autor, assim como os Anacés, a maioria dos índios do Ceará e das regiões circunvizinhas era tapuias, pois vieram do “poente, procuravam as regiões seccas e áridas dos sertões do Ceará, Piauhy, Rio Grande do Norte, etc.” ([1895]2001:3). Noutros trabalho, Pompeu Sobinho colocou novamente a hipótese de os Anacés serem descendentes de grupos “Gês” vindos do Maranhão. Porém, deixou uma dúvida, pois, logo em seguida, afirmou que também poderiam ser filiados “a outra família (talvez, a mais de uma), ja desde muito extinta” (POMPEU SOBRINHO, 1955: 121).

As primeiras expedições portuguesas no Ceará depararam no Noroeste e Centro-norte tribos indígenas não tupis e, ao que se supõe, também não aparentadas com familia Taramembé. Não é possível com segurança inclui-las na família Tarairiú. Entretanto, e de crer que fôssem láguidos. Destas tribos, as mais conhecidas são as dos Wanacés, Anaçés, Jaguaribaras, e Apuarés. Nada é possível conjecturar sôbre a epoca da chegada dêstes amerIncolos no território cearense. Todavia, se eram, como se presume, láguidas podemos admitir provisòriamente ao menos,

que teriam chegado logo depois dos Tarairius, vindos através da serra de Ibiapaba, da região maranhense. Sendo isto certo, não será despropositado julga-las filiadas à grande família gê, ou, senão, a outra família (talvez, a mais de uma), já desde muito extinta” (POMPEU SOBRINHO, 1955: 121).

Posteriormente, voltou a mencionar os Anacés como um dos grupos de “indígenas dos sertões” sobre o qual ele não conseguiu identificar a filiação linguística. Demonstrou a dificuldade de encontrar informações sobre os Anacés, porém novamente defendeu a hipótese da migração de grupos “Gês” ou Caraíbas do Maranhão e Piauí pro Ceará:

Alguns grupos indígenas dos sertões cearenses não puderam ser identificados não obstante os esforços que nisto empenhamos. Entre outros, os mais interessantes são os conhecidos por Anasé, Wanasé, ou Guanasé, Asimi, no norte do Ceará, Apuiaré no centro, Acosi, Chibata etc., no sul. Provelmente, cabildas Gês do Piauí teriam perambulado pelo nosso território, também tribos Caraíbas daquele Estado poderiam ter excursionado pelo Oeste deste, porventura, uns e outros provavelmente teriam aqui deixado vestígios de sua passagem ou eventual estada. E bem difícil, se realmente foi assim, ajuizar quanto à natureza de tais pistas, mas, sem dúvida, natural é supor que foram toponimos, nomes tapuias fixados em acidentes geográficos ou de natureza biogeográfica. De qualquer modo, porém, teriam sido poucos e se deturpavam, sendo quase certo que nenhum possa ser devidamente restaurado.” (1961: 24)

A presença Anacé em diferentes aldeamentos no Ceará

Em seguida foram enumerados alguns dos inúmeros registros históricos sobre a presença dos Anacés nos aldeamentos da Ibiapaba, Arronches, Parnamirim e em aldeias nos arredores de Fortaleza.

Os Anacés no aldeamento da Serra da Ibiapaba

Em 1756, segundo Maia (2011), o aldeamento da Ibiapaba “cotava ao todo com 632 tapuias (Anacé, Aconguaçu e Reriú) e 5.474 índios Tabajara, sendo estes falantes da língua geral” (pg. 22). Florival Seraine, num verbete sobre a cidade de Viçosa, assinalou aquele local como sede “da antiga missão dos índios Camocim, Anacé e Arariú, e os pertencentes à nação Tabajara, catequizados e aldeados pelos jesuítas, no princípio do século XVIII, os quais aí fundaram um hospício” (1961: 97. Negritos no original).

No “Ensaio Estatístico da Provincia do Ceará” (1864), Thomaz Pompeo de Sousa de Sousa Brasil assinalou a presença de “Aracés” no aldeamento.

“19 de janeiro [de 1759]

“Creação da villa Viçosa, antiga missão dos índios Caamocins, Aracés, e Ararihús, administrada pelos jesuítas, e chamada de Ybiapaba.” pg 35

Segundo Pedro Théberge (2001:4), os Tabajaras na Ibiapaba “[t]raziam debaixo de sua sujeição” os seguintes índios tapuias: Tucurijús, Curutís, Camamús, Acriús e Anacés. O jesuíta espanhol Lorenzo Hervás y Panduro, no seu “Catálogo de las lenguas de las naciones conocidas, y numeración, división, y clases de éstas según la diversidad de sus idiomas y dialectos”, mencionou também os “Anaces” ou “Anacis” na Ibiapaba, quando estudou a difusão e estrutura das linguas conhecidas mundialmente. O estudo foi escrito em 6 tomos entre 1800 e 1805. Lorenzo Hervás montou o catálogo principalmente a partir de informações de jesuítas que tinham vividos no Brasil (HERNAN PERRONE, 2012).¹³ O etnonimo aparece no capítulo “Lenguas que se hablan en el Paraguai y en el Brasil”, e diz assim: “He aquí el índice de las cincuenta y una leguas ó naciones con sus respectivos nombres, que se leen en los manuscritos de escritores portugueses:”

“Anace - VII y VIH Los anaces, llamados también anacis, y los acangusus, naciones diferentes entre sí , y de la antecedente, y agregadas por los jesuítas á la misión ó población de Ibiapaba, llamada al presente Villaviciosa-real, que tiene ocho mil habitantes. En esta población hay también indios tobajaros, que hablan un dialecto de la lengua tupí (17).” (pg 52-3, itálicos no original)

Serafim Leite também localizou os Anacés vivendo com outros povos na Ibiapaba.

“Acheio-os [os Reriú] quando fui a primeira vez para a Serra, postos em guerra com todas as nações circumvizinhas, a saber: com os Tobajaras, com o Tapuia Guanacé e com os Aconguaçus.” (1943: 43)

Estevão Pinto (PINTO, 1956: 53), com informações de Serafim Leite e Pompeu Sobrinho, assinalou a presença de Anacés na Ibiapaba no século XVIII. Segundo o autor na Ibiapaba viviam os índios “Tobajara, Acaracu, Irariú, Anacé ou Anacê.” Ainda no terceiro quarto do século XVIII, Estevão Pinto (PINTO, 1956: 53) mencionou também a presença de “Índios da

¹³ “Afortunadamente he podido suplir de algun modo la falta de noticias sobre los idiomas del Brasil con las que me han comunicado el señor Abate Camaño, y el señor Don Juan de Velasco.”

língua geral e Anacê ou Anacé.” no aldeamento de Parangaba

<p>A. Aldeia da Serra da Ibiapaba (Capitania do Ceará Grande),</p> <p>B. Id., id.</p> <p>C. Aldeia da Serra da Miapaba, na ribeira do Acaracu, na Cap. do “Ciará”. índios Tobajara, Acaracu, Irariú, Anacé ou Anacê.</p>	<p>Órago: N. S. da Assunção. Doe. de 1702 informa que, a êsse tempo, era a aldeia habitada por 4.000 índios (junção de três tabas). Inf. cm Serafim Leite, III, ps. 3 sq.; id. em Studart Filho, ps. 44 sq.</p>
<p>A. Aldeia da Parangaba (Capitania do Ceará Grande).</p> <p>B. Id., id.</p> <p>C. Id .. na Cap. do “Ciará”. Índios da língua geral e Anacê ou Anacé.</p>	<p>Órago: Senhor Bom Jesus. Parangaha, depois Arronches, voltando ao primitivo nome. Inf. cm Serafim Leite, III, ps. 85 sq.; id. em Pompeu Sobrinho, (2), ps. 293 sq.</p>

Fonte: PINTO, 1956: 53

Os Anacés no aldeamento de Arronches (Parangaba) e Parnamirim

Pedro Théberge (2001:4), ao falar sobre o aldeamento de Parangaba o confundiu com o nome de um povo indígena e colocou os tapuias “Ganacés” e Jaguaruanas como aliados do suposto povo Parangaba.

“Os Parangabas, nação Tupi, que Moreno encontrou nas visinhanças do Presidio que estabeleceu, e que reduziu a se aldear perto da lagoa d’este nome, hoje lagoa de Arronches; lambem tinha debaixo de sua dependencia, á titulo de alliadas, as tribus Tapuias Guanacés e Jaguaruanas (...)”

Segundo Perdigão de Oliveira, o índio Francisco Arigiba, era Anacé e um dos principais da aldeia de Parangaba, juntamente com João Algodão, de origem Potiguara (p.125-6).

Sobre a presença dos Anacés em Parnamirim, em 1697, os índios Jaguaribaras e Anacés foram aldeados em Parnamirim, a sete léguas de Fortaleza, pelo clérigo João Leite de Aguiar (NOBRE, 1980: 231).

Em junho de 1718, o pedido de meia légua de terra pelo Capitão Luiz Pereira de Azavedo diz que a coroa portuguesa concedeu terras ao “Tapuyo Anassê” e “q boje Sam do capitam Mor das entradas Francisco Pereira chaves”. No entanto, há

“as sobras pella parte da praya, com huma Lagoa q chamão Parnamerim, q poderia ter meya legoa pouco mais ou menos Buscando alagoa Tapacahu, testadas do capitam Bernardo coelho de Andrade para plantar suas Lavouras eCriar Suas criaçoins.

Seor capitam Mayor Diz o capitam Luiz Pereirz de Azevedo morador nesta capitania q elle tem seus gados Vacuns e Cavallares e mais criaçoins enão tem terra adonde os acomodar eporq nas testadas das terras q Sua Magestade q DE goarde concedeu ao Tapuyo Anassê, q boje Sam do capitam Mor das entradas Francisco Pereira chaves as sobras pella parte da praya, com huma Lagoa q chamão Parnamerim, q poderia ter meya legoa pouco mais ou menos Buscando alagoa Tapacahu, testadas do capitam Bernardo coelho de Andrade para plantar suas Lavouras eCriar Suas criaçoins; portanto Pede aVM seja servido consederlhe em nome desua Magestade q DE goarde por data esismaria adita tera q pede eConfronta emsua petição para elle Suplicante eseus herdeiros asendentes edesendentes erecebera mce. (SesmariaN410)

Os Anacés no litoral cearense

Em meados do século XVII, os Anacés foram localizados nas proximidades de Fortaleza. Em 1649, o comandante holandês Mathias Beck no “Diário da minha viagem ao Siara” descreveu o que ouviu dos líderes indígenas tupis Amanijú-Pitanda e Francisco Aragiba, que naquela região, próximos ao rio Ceará, viviam também os tapuias “Assanassessassú”, “residentes não tão longe das suas habitações” e os “Guanasseguaçú” e “Guanassémirim” (BECK, 1901: 350-1; 364). Em 1660, na “Relação da Missão na Ibiapaba”, escrito pelo padre Antônio Vieira, o autor registrou a presença dos “Ganacés” nos “arredores da Fortaleza do Ceará, distante de Ibiapába sessenta léguas’.

Serafim Leite assinalou também a presença de “[d]uas tribus vizinhas à Fortaleza, os Guanacés e Jaguaruanas. (1943: 23). Em 1696, o mesmo autor assinalou “uma nação de Anacés”:

No Ceará, sem contar Ibiapaba, havia em 1694, seis Aldeias: Caucáia, Parangaba, Paupina, Paranamirim, e duas de Jaguariguaras. Dois anos depois, Pedro Lelou enumera sete: quatro Aldeias de Potiguares (aquelas quatro primeiras), uma nação de Tapuias Jaguariguaras, já aldeados, uma nação de Paiacus na Ribeira do Jaguaribe, e uma nação de Anacés.(p.88).

No final do século XVII e início XVIII, o padre português Manuel Aires de Casal (1817), que morou no Brasil, entre 1796 e 1821, também relatou no livro “Corografia Brazilica: Ou, Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil”, redigido em 1815, que “quase toda [a capitania do Ceará] era dominada pela numerosa nação dos potiguares”, apontando também a presença de indígenas Jaguaruanas e “Guanacás” (p. 283).

Diversos autores assinalaram a presença de índios Anacés na costa entre a foz do Rio Jaguaribe e o rio Mundaú. Segundo Tristão Alencar Araripe, os Anacés “vivião na costa desde a fós do Jaguaribe até a do Mondahú: erão doceis, e facilmente acomodarão-se con os Europêos.” (ARARIPE, 1867:14; NOGUEIRA, 1887:215). Pompeu Sobrinho afirmou que os Anacés viviam nas “proximidades do littoral, entre Jaguaribe, Mundaú e serra de Baturité” (POMPEU SOBRINHO, 1919:212). Carlos Studart Filho (1926) situa os Anacés numa “ampla nesga de terra, que vae da margem esquerda do Jaguaribe ao Mundahú e serra de Baturité”. O Mapa de Pompeu Sobrinho, confeccionado em 1932, assinalou a presença dos Anacés e Ganacés entre os rios Jaguaribe e Mundaú; assinalou também os Ganás, dos quais descenderiam os Anacés, destes grupos provavelmente vindos dos estados vizinhos. O Padre Couto (1962) também apontou os Anacés no Vale do Jaguaribe.

Outros autores localizaram os Anacés numa faixa de terra próximo ao litoral que vai dos rios Acaraú ao Curú. Segundo Théberge (2001), os Ganacés e Jaguaruanas “habitavão perto do litoral, entre o Curú e o Acaraú” (2001:4-5). Paulino Nogueira registrou a presença de índios Guanaceguaçus às margens dos rios Acaraú e Curu (1887: 66). Segundo Pompeu Sobrinho, os Anacés estavam entre o rio Acaraú e o rio Ceará. O mapa de Curt Nimuendaju registrou também os Anacés nas proximidades de Fortaleza, bem como localizou outros grupos às margens do rio Acaraú e nas proximidades com o litoral. Pompeu Sobrinho (1945) afirmou que os Anacés e os Wanacés “habitavam os sertões mais chegados às costas do norte, e por vezes visitavam as praias que se estendiam do rio Acaraú ao rio Ceará” (NOGUEIRA, 1945: 159).

A Serra de Uruburetama também é outro ponto no qual foi registrado a presença Anacé. De acordo com Carlos Studart Filho, os Anacés habitavam entre “as praias cearenses e a Serra da Uruburetama” (STUDART FILHO, 1963). João da Costa da Silva afirmou que os “Anacozes” habitavam a Serra de Burrucutama (outro nome pra Uruburetama), que “constituíam uma das mais poderosas tribos do Ceará” (apud STUDART FILHO, 1963:67). Pompeu Sobrinho (1945: 178) levantou a seguinte questão: a “Uruburetama, era a Uxububú dos Anacés (?)”. Segundo Florival Seraine a serra de Uruburetama também era denominada de Uxubucú ou Uxububú, este último um nome tapuia da serra que aparece no mapa de van Keuler com outro nome, Vaca Boba, que segundo Seraine, é de origem Anacé; sem apresentar fontes disse que não tem informação algumas sobre o etnônimo (SERAINÉ, 1945: 205). Segundo Pompeu Sobrinho (1945), Uxububu é o nome “tapuia da serra da Uruburetama”, ele encontrou o topônimo no “Regimento de Pilotos publicado em 1655, de autoria de Mariz Carneiro”.

O Pe. Antônio Vieira (1660) mencionou dois povos tapuias nos “arredores de Fortaleza”, que vivem “confederadas ambas com os Portuguezes, mas inimigas entre si; uns se chamão Ganacés, outros Jugaruanas.” (p. 110). O padre relatou um ataque dos índios Anacés às aldeias Jugaruanas, que resultou na captura de mulheres e crianças. O capitão da Fortaleza e mais soldados portugueses foram ao encalço dos “Ganacés”, que, por atuação de um “delles que não era branco”, persuadiu “aos fortificados que entregassem em confiança suas armas em signal de paz”. Os Anacés se entregaram e o desfecho foi trágico:

Os Jugaruanas, que já tinham recuperado a preza, tanto que virão a seus inimigos desarmados, sem lhes poderem valer os soldados Portuguezes, derão sobre elles, e em um momento quebrarão as cabeças a todos, que he o seu modo de matar, sem ficar de quinhentos que erão nem um só com vida. (pg.110)

Este acontecimento, segundo o Padre Vieira, “grandemente alterou os animos de todos os índios do Ceará, e muito mais os vassallos e aliados” (pg. 110). O Capellão e Almojarife da Fortaleza enviou carta aos padres pedindo auxílio e se pudessem “acudir com toda a pressa áquela força, pois só a sua presença, e a muita autoridade que têm com os Índios, poderia obrar em seus animos, tão justamente irados, o que importava a salvação de todos”. Em nome da salvação e “por petencerem também aqueles Indios à esta Missão” [da Ibiapaba], o padre Antoniou Ribeiro foi enviado à Fortaleza e, em primeiro lugar, aquietou os “Índios christãos das aldêas” “e com elles ficárão tambem quietos os Ganacés, promeiros movedores dessa tragédia”. (111-2). O Padre Ribeiro “pôs tudo em poucos dias em paz” (pg. 111) e “as duas povoações, que erão compostas de gentios e hereges, ficarão de todo christãs”.

Bezerra de Menezes mencionou também as duas povoações cristianizadas no século XVII e a presença bélica dos Anacés depois de sua catequização.

“Estavam estes occupados a cortar madeira de pau violete para o capitão da Fortaleza, quando os Ganacés, levando consigo alguns índios christãos de duas Aldêas avassalladas que alli temos, deram de repente sobre elles, e tomando-lhes as mulheres e filhos, se vinham retirado com a presa”.

(...)

“Este caso alterou grandemente os animos de todos os Indios do Ceará, e muito mais os vassallos e aliados, vendo que a sombra de nossas armas, de que elles esperavam a de fosa, föra a mesma, que os metterá como Cordeiros nas mãos dos seus inimigos.”

“Clamaram contra os interesses do capitão com ira a lealdade dos soldados, e talvez se precipitavam em ameaças contra a fortaleza e contra as vidas de quantos estavam nela.”

“Posta a fortaleza neste aperto, o capitão e o aimoxarite escreveram aos Padres da Ibiapaba, pedindo-lhes que por serviço de Deus e de El-Rei viessem acudir aquella força, pois so a sua presença e a muita auctoridade que tem com os Indios, poderia obrar em seus animos, tão justamente irados, O que importava a salvação de todos”

Por esa causa, e por pertencerem aquellos indios a e Missão... foi so aquela empresa o Padre Antonio Ribeiro,.. que pôz tudo em poucos dias em paz.

Primeiro aquietou, não sem dificuldade, os índios christãos das Aldéças, que como vassallos de El-Rei e creados em maior politica, sabiam melhor sentir e encarecer a causa de sua dôr, e com elles ficaram também quietos os Ganacés, primeiros movers desta tragedia, ajudando não pouco a

Sua mesma culpa a se comporem com o successo.”

(...)

“Ensinaram-se os innocentes, e baptizaram-se todos o hereges, e se reconciliaram com a igreja muitos que estavam casados ao modo de Hollanda, e se receberam com os ritos catholicos. Enfim as duas povouções que eram com postas de gentios e hereges, ficaram de todo christans. Nota: estas eram as dos Ganacés e Jaguaruanas.” (Bezerra de Menezes, 1896 pg. 20-1)

Perdigão de Oliveira (1890), no entanto, colocou os “Ganacés”, “nação de muita gente” (p. 122-123), como inimigos dos portugueses e mencionou a preocupação que o do Capitão Mellho de Gusmão tinha em relação às possibilidades de ataque ao enviar tropas para Ibiapaba e Jericoacoara. O capitão soube também de uma suposta tentativa de aviso da expedição pelo Padre Pedro Francisco e notificou aos principais, tenentes, sargentos, capitães e a todos os oficiais e moradores do aldeamento de Parangaba, que ninguém poderia sair da aldeia com este aviso. Segundo o padre Francisco. “não havia razão para dar guerra aos Guanacés, que era amigos dos Padres.” (p. 123)

Si no percuso da viagem á Jericoaquara, o Ajudante Felipe Coelho se encontrasse com os Guanacés, deveria dar-lhes guerra, levando a ferro e fogo todos os que pudessem pegar em armas, devendo trazer vivo, se assim fosse possível, o seu prin-

cipal Francisco Aragiba, (6) afim de receber severo e exemplar castigo. (p. 124).

Diferentes autores colocaram os Anacés como inimigos dos portugueses. As guerras constantes marcaram as relações entre colonizadores e índios Anacés no Ceará no final do século XVII e início do XVIII. Em 18 de agosto de 1713, os “Anassés” aldeados atacaram, “unidos com outras tribus de corso”, a vila de Aquiraz. Studart Filho (1963: 69) assinalou que foram os “Anassés, Jaguaribaras [Payacus] e outros descontentes” que atacaram os portugueses em Aquiraz que constantemente os expulsavam de suas terras. Paulino Nogueira (1887) descreveu os Anacés como uma “tribo dócil” que “facilmente se acomodou com os europeus”, porém registrou os ataques contra Aquiraz e contra a aldeia de Paupina “em consequencia dos máos tractos que recebo destes *....) perecendo na lucta 200 pessoas entre homens, mulheres e meninos” (p. 215). No interior do Ceará, às margens do rio Banabuiú, os índios Canindés, juntamente com outros índios, também atacaram “brancos” que se instalavam naquela região. Segundo Alencar Araripe, nesse contexto chegou o capitão-mór Placido de Azevedo “com algum socorro de pólvora e xumbo” e, um mês após os ataques à Aquiraz, em fins de setembro, organizou uma tropa de 500 homens que, sem sucesso, apenas afugentou os indígenas e matou “28 pessoas”. Outra tropa organizada na Ribeira do Jaguaribe também começou a atacar os índios naquela região. Porém, em 1714, narrou Alencar Araripe, este cenário mudou drasticamente e “estava a capitania dezassombada do grande aperto, em que se vira, axando-se os selvagens mui destruidos, de sorte que a nação dos Jaguaribáras, principal cauza da rebelião, estava acabada, a dos Canindés, e a dos Anassés muito destroçada.” Pg. 113

Considerações finais

Muitos autores apontaram as origens tupi do etnônimo Anacé, porém não houve concordância sobre o assunto; alguns autores assinalaram a dificuldade de apontar a filiação linguística. A pesquisa encontrou 19 etnônimos para os Anacés, porém, novamente, houve pouca concordância; para alguns se tratavam de um povo só e para outros em povos distintos. Outra questão colocada pelos intelectuais do Instituto do Ceará era de onde teriam vindo os Anacés. Segundo a maior parte dos autores, os Anacés vieram do Norte, especialmente do Maranhão e Piauí.

Outro ponto importante tratado pelos autores foi a presença dos Anacés em diferentes

aldeamentos Ibiapaba, Arronches, Parnamirim e em aldeias nos arredores de Fortaleza nos séculos XVII e XVIII. Diferentes autores também assinalaram a presença de índios Anacés na costa entre a foz do Rio Jaguaribe e o rio Mundaú ou ainda numa faixa de terra próximo ao litoral que vai dos rios Acaraú ao Curú

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, R. Batista. Índios do Ceará & Topônimos Indígenas. 2ª Edição. Fortaleza: Barraca do Escritor Cearense, 1994.

ARARIPE, Tristão de Alencar. História da Província do Ceará: Desde os tempos primitivos, até 1850. Fortaleza: Typ. Minerva, 1958.

BARRETO FILHO, Hnyo. Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Tapeba. FUNAI, 2013.

BECK, Matias. Diário da Expedição de Matias Beck ao Ceará em 1649. Revista do Instituto do Ceará. Tomo XVII, Ano XVII, 1903, Fortaleza, Ceará, pg. I-III.

CAZAL, Manoel Ayres de. Corografia brazilica, ou, Relação historico-geografica do reino do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1817. (Tomo I e II)

COUTO, Padre. Francisco de Assis. A História do Icó: Sua Genuína Crônica (1ª parte: 1682 a 1726). Crato: Tip. A Ação, 1962.

HASSLER, Gerda. Teoría lingüística y antropología en las obras de Lorenzo Hervás y Panduro. In: Tietz, M. y Briesemeister, D. (eds.). Los jesuitas españoles expulsos. Su imagen y su contribución al saber sobre el mundo hispánico en la Europa del siglo XVIII, Frankfurt, Vervuert; Madrid, Iberoamericana, 2001, pp. 379-399.

LEITE, Serafim. História da Companhia de Jesus no Brasil. Instituto Nacional do Livro: Rio de Janeiro. Livraria Portugália: Lisboa, 1943.

MAIA, Ligio. A implantação do Diretório em vila Viçosa Real (CE): incerteza, colaboração e negociação indígenas (c. 1759-1762). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (org). A presença indígena no Nordeste: processos de territorialização, modos de reconhecimento e regimes de memória. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2011.

MARTIUS, Carl Friedrich von. Beiträge zur Ethnographie und Sprachenkunde Amerikas zumal Brasiliens. I. Zur Ethnographie. II. Glossaria linguarum Brasiliensium. Leipzig: Friedrich Fleischer, 1867.

MENESCAL, Ana Alice Miranda. A história trazida à luz: O Instituto do Ceará e as análises acerca dos povos indígenas. Revista Tarairiú Nº04, abr./mai. 2012.

_____. História, Memória e Esquecimento dos Indígenas no Ceará: a contribuição intelectual do Instituto do Ceará. S.d.

NOBRE, Geraldo. A Questão Tapéba. Revista do Instituto do Ceará. Tomo CXIV, n. 114, p. 9-21, 2000.

NOGUEIRA, Paulino. Vocabulário indígena de uso na província do Ceará: com explicações etymologicas, orthographicas, topographicas, históricas. Revista do Inst. do Ceará: s. n., 1887; p. 209-432.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. In: A Viagem da Volta. Etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena. 2ª ed. Contra Capa Livraria/LACED, 2004.

_____. O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.

PERDIGÃO DE OLIVEIRA, J. B. Um Capitulo da História do Ceará: Ligeiras Rectificações .Revista do Inst. do Ceará. Tomo IV. 1890; p. 118-154, 1890.

PINTO, Estevão. Etnologia brasileira: Fulniô – os últimos tapuias. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1956.

POMPEU SOBRINHO, T. Etymologia de algumas palavras indígenas. Revista do Instituto do Ceará, ano 33, 1919. pp. 208-227,

_____. Kariris. Revista de Philologia e de Historia, tomo II, fascículos III-IV, p. 289-305, 1 mapa (“Esboço do mapa etnográfico do Nordeste - 1932”) Rio de Janeiro: Livraria J. Leite, 1934.

_____. Pré-História Cearense. Editôra Instituto do Ceará Ltda. Fortaleza, 1955

_____. Línguas tapuias desconhecidas do Nordeste : Alguns vocabulários inéditos. Boletim de Antropologia (Univ. do Ceará), ano 2, vol. I, p. 3-19 Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará, 1958.

_____. Onomástica Indígena Cearense, Revista do Instituto do Ceará, vol. 78, 1964. pp. 5-27.

RUIZ DE MONTOYA, Antonio. Tesoro de la lengua guarani. Madrid, 1639.

SAMPAIO, Teodoro. O Tupi na Geografia Nacional. 5ª Ed. São Paulo: Editora Nacional; Brasília, DE: INL, 1987 [1901].

SERAINÉ, Florival. Topônimos indígenas dos séculos 16 e 17 na costa cearense. Revista do Instituto do Ceará. Tomo LIX, 1951, p.156-205.

_____. Contribuição ao estudo da influência indígena no linguajar cearense. Revista do Instituto do Ceará. Tomo LXIV, 1950, p. 05-16.

_____. Contribuição à toponímia cearense. Revista do Instituto do Ceará. Tomo LXII, 1948, p.266-285.

SILVA, Isabelle Braz Peixoto da. Vilas de Índios no Ceará Grande: dinâmicas locais sob o Diretório Pombalino. Campinas: Pontes Editores, 2005.

STUDART FILHO, Carlos. Os Aborígenes do Ceará - II. Rev. do Instituto do Ceará, Fortaleza; s.ed., v. 77, p. 153-217, 1963.

THÉBERGE, Pedro. Esboço histórico sobre a Província do Ceará. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Historia geral do Brazil, antes da sua separação e independencia de Portugal. Pelo Visconde de Porto Seguro, Natural de Sorocaba. 2. ed. muito augmentada e melhorada pelo autor. Rio de Janeiro: Em casa de E. e H. Laemmert, 1877 [?].

VALLE, Carlos Guilherme. Aldeamentos indígenas no Ceará no século XIX: revendo argumentos históricos sobre o desaparecimento étnico. In: PALITOT, Estevão Martins (Org.). Na mata do Sabiá: contribuições sobre a presença indígena no Ceará. Fortaleza: Secult/Museu do Ceará/IMOPEC, 2009.